



“Só é p(...) quem quer”: narrativas etnográficas sobre gênero e prostituição na rua Itajaí (Joinville – SC)¹

Patricia Stahl GAGLIOTI²

Maria Elisa MÁXIMO³

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, Joinville, SC

Resumo

Este artigo se desdobra de uma pesquisa de inspiração etnográfica, realizada através de um trabalho de observação direta e participante, com pessoas que se prostituem na rua Itajaí, em Joinville. Iniciada em janeiro de 2014, foi intensificada entre os meses de agosto e outubro deste mesmo ano. No foco das observações estiveram as experiências de algumas pessoas que compartilham o espaço da rua e ali constroem diferentes tipos de relações pessoais, com o trabalho, com o sexo e com os processos de construção da identidade de gênero. A partir dessas relações, a rua é ressignificada, adquirindo sentidos próprios de um espaço praticado. Baseada na teoria queer e na perspectiva foucaultiana sobre a sexualidade e a biopolítica, este trabalho oferece possíveis interpretações sobre os modos como esses sujeitos se definem e atribuem sentido e significado às experiências de prostituição.

Palavras-chave: sexualidade; gênero; prostituição.

1. Introdução

O presente artigo é fruto de meu trabalho monográfico para o curso em Comunicação Social – Jornalismo, realizado no último semestre de 2014. O trabalho consiste em uma pesquisa que se pretendeu de natureza etnográfica com algumas pessoas que se prostituem/ prostituíam na rua Itajaí, região central da cidade de Joinville – SC, caracteristicamente reconhecida como espaço de prostituição local.

O trabalho foi se construindo a partir dos pontos que se evidenciaram nas falas das pessoas com quem conversei. O resultado é a discussão que segue sobre gênero, identidade e prostituição, a partir de algumas “histórias” compartilhadas comigo especificamente por Simone, Sofia, Marta, Cora e Maga⁴.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 4 a 6 de junho de 2015.

² Graduada em Comunicação Social, com bacharelado em Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, e-mail: patricia.gaglioti@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Prof.^a Dra. do curso de Jornalismo da Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, e-mail: elisamaximo@gmail.com.

⁴ Os nomes aqui escritos não foram os nomes com os quais essas pessoas se apresentaram a mim. Por uma questão ética – para preservar a identidade dos sujeitos – e para marcar, como ensinou Silva (2007, p. 43) que os personagens que se encontram nessas páginas são fruto da minha interpretação e não são as mesmas pessoas que circulam por aquela rua central, houve uma transnomação.



As cinco são pessoas que, em comum, compartilham um certo pedaço de chão, onde trocam práticas sexuais por dinheiro e fazem dele um espaço praticado, nos termos de Certeau (1994, apud SILVA, 2010, p. 45). E nesse espaço, compartilham experiências, vivências, identidades e relações de poder. Constroem-se a si mesmas em relação aos outros a partir das diferenças que existem entre elas. Diferenças que podem ser de identidade, de comportamento, de classe social ou a intersecção de todas essas.

Nos quarteirões que preenchem aquela rua, as demarcações de gênero são claras: mulheres em um local, travestis em outro. Mas identificar-se enquanto mulher ou travesti não depende apenas dos aspectos que normalmente são tidos como característicos de uma ou outra categoria. A identificação vai além de aspectos físicos e se constitui também como o reconhecimento ou diferenciação a partir de fatores comportamentais.

A prostituição, por sua vez, apresenta-se, principalmente em relação às pessoas transgêneras, como uma forma de acesso a certos “luxos” e por vezes à “inserção”, frágil e efêmera, a uma suposta cidadania, enquanto consumidoras respeitadas de determinados estabelecimentos comerciais.

Dessa forma, se o “acesso” aos “luxos” se dá majoritariamente pelo dinheiro da prostituição, o corpo, por sua vez, molda-se muitas vezes a favor da atividade, tornando-se não necessariamente o corpo que se deseja, mas o corpo que melhor se venda.

2. Resultados da pesquisa e discussões

Marta⁵ nasceu com um pênis, e no desenrolar de seu processo de construção identitária, quando estava com cerca de 13 anos, começou a se identificar com o gênero feminino. Na época, moradora de uma cidade interiorana de São Paulo, deixou a casa dos pais por ordem do patriarca, no momento em que no espelho começou a se refletir uma figura feminina. “Ele me disse que se eu quisesse me vestir de mulher que não fosse dentro da casa dele”.

Quando deixou a casa dos pais, Marta foi com algumas amigas⁶ para o centro de São Paulo se prostituir. Daquela época em diante, a estrada seria seu destino e a rua seu

⁵ Meu contato com Marta se deu em 21 de março de 2014. Após essa data não conversamos mais, devido a um distanciamento meu do campo de pesquisa, depois fiquei sabendo que foi para Balneário Camburiú.

⁶ Marta não comentou naquele dia se as amigas eram mulheres ou mulheres transgênero.



local de trabalho⁷. Depois de alcançar Balneário Camboriú, veio parar em Joinville. A história de transformação de Marta, como a história de tantas outras travestis, confunde-se ao processo de fabricação de seu corpo, à rua e à prática da prostituição.

Muitas vezes o processo de transformação das travestis se inicia com a ruptura com o mundo da casa, seguido pelo necessário apego ao universo da rua, onde encontram formas de sobrevivência e aprendem ou potencializam seu processo de transformação. Seu ‘rito de passagem’ não tem uma cerimônia estabelecida, mas como todo rito de ruptura envolve dor e humilhação. Passada a fase mais dramática da liminaridade, emerge a travesti: “nem homem, nem mulher”; “uma mulher com pau” (PELÚCIO, 2004, p. 136).

Como escreveu Simone De Beauvoir (1970), “(...) é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza (...)” (p. 56). E quando a realização desses sujeitos afronta as “leis”, construindo-se de outra forma que não a que lhe foi designada, rompendo a ordem social, como o fez Marta, ele desestabiliza o sistema heteronormativo⁸. E como consequência, há muitas vezes a ruptura com instituições que compõe esse sistema, como a família e o lar.

Em nossa cultura – enquanto “sistema partilhado de significação” e no qual se estabelecem estruturas classificatórias, como o “ser homem” e “ser mulher”, responsáveis por manter certa organização e ordem social (WOODWARD, 2004, p. 41) – o sexo e o gênero são definidos e normatizados enquanto estruturas binárias, ou seja, é na ordem de duas possibilidades que elas se apresentam: ter pênis e ser homem ou ter vagina e ser mulher, “(...) estabelecendo limites para as possibilidades de configurações do gênero na cultura” (BUTLER, 2003, p. 28).

É característica do sistema heteronormativo relacionar o sexo de uma pessoa (enquanto órgão sexual) a seu desejo sexual e ao seu gênero. Dessa forma, a biologia e a diferenciação entre os dois sexos são por excelência, nesse sistema, o que distingue as pessoas, seus comportamentos e espaços sociais, entendido enquanto espaço sexualizado, nos termos de Pochay (2007, apud SOUZA e CARRIERI, 2010), que irão ocupar.

⁷ Marta, assim como outras profissionais do sexo, está longe de ter um local fixo de trabalho, ela está sempre em trânsito.

⁸ Os estudiosos *queer* denominam por heteronormatividade, “um conjunto de prescrições que fundamentam processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p. 156). Esse conjunto de prescrições têm como pressuposto a normalidade da heterossexualidade, que lhe é conferida pelo seu caráter reprodutivo. Assim, um sistema heteronormativo é aquele que normatiza a heterossexualidade (SWAIN, 2001, apud SOUZA e CARRIERI, 2010).



Entretanto, não apenas a construção das identidades e dos gêneros estão no campo da cultura, como o próprio sexo, situado como determinismo biológico, ou seja, aquilo que não é passível de escolha, também é uma produção cultural. Isso porque os corpos, com suas diferentes anatomias, especificamente com suas distintas genitálias que separam as pessoas em gêneros binários, são interpretados, significados e regulados socialmente.

Diante de todas as diferenças que constituem os corpos humanos entre si, a genitália é tida como a base da diferenciação entre os sujeitos. Ou seja, o sexo não é anterior ao significado que adquire em dada sociedade. Nos termos de Silva (2004), as interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, *interpretações*,

isto é, elas não são mais do que a imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não tem qualquer significado. Todos os essencialismos são, assim, culturais. Todos os essencialismos nascem do movimento de fixação que caracteriza o processo de produção da identidade e da diferença (p. 86).

A produção do pensamento científico, fundante da diferenciação entre os sexos biológicos, adquire na sociedade moderna ocidental o caráter daquilo que é verdadeiro. Segundo Foucault (1996), “(...) a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)” (p. 13).

E submetidos a esse discurso “verdadeiro”,

(...) que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder (...) somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 180).

É com base nas verdades escolhidas por cada sociedade e através dos seus dispositivos de poder que essa organiza seus membros e suas estruturas de funcionamento e poder. A heterossexualidade, por exemplo, entendida como destino natural e normal dos sujeitos,

(...) passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, de maneira explícita ou implícita. Uma vez institucionalizado e normalizado, a heterossexualidade passa a se manifestar e a ser incorporada na cultura, nas organizações burocráticas, nos discursos e nos sistemas jurídicos (RIOS, 2007, apud SOUZA e CARRIERI, 2010).



Nessa sociedade, então, binária, hetero e cisnormativa⁹, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros que fujam à definição normatizada de seus corpos, de suas sexualidades e papéis sociais (Swain, 2001, apud Souza e Carrieri, 2010), tornam-se sujeitos-abjetos: estranhos, infames, de atos vis, desprezíveis.

Em termos de biopolítica, desde o final do século XIX, quando surgiu o termo homossexualidade, o corpo homossexual é estudado pela ciência. A partir de então, o homossexual vira uma espécie, com um presente e um passado a ser estudado e entendido e onde se deve buscar as causas e os motivos da anormalidade (FOUCAULT, 2011, p. 50-51).

Já o sujeito transgênero – principalmente o que deseja realizar a cirurgia de transgenitalização¹⁰ - é aquele considerado pela psicologia com transtorno de identidade de gênero. Aliás, é apenas a partir desse diagnóstico fundamentado no seu comportamento – analisado desde a infância até a fase adulta – que é possível ele transgenitalizar.

O que quero dizer é que o corpo homossexual e o corpo transgênero é um organismo sob os quais a biopolítica recaiu incisivamente. São corpos psicologizados, entendidos e estudados sob o caráter da anormalidade.

Ora, se Simone¹¹, por exemplo é a representação de um corpo “transtornado” – nos termos do diagnóstico de saúde – ou um corpo “confuso”, instável e indisciplinado para o sistema de trabalho formal, que foge à classificação binária dos gêneros e cuja estrutura burocrática do Estado não consegue dar conta, o lugar que ocupa, assim como outros sujeitos, acaba sendo as margens sociais, o lugar que é público, a rua. E diante do fetichismo que podem provocar, por vezes se traduz no exercício da prostituição.

Uma nota jornalística¹² veiculada na coluna econômica de Cláudio Loetz, do jornal “A Notícia”, serve de ilustração quanto ao espaço ou o não espaço dos transgêneros na sociedade. O colunista informava que havia cerca de 7 mil vagas abertas em diferentes tipos e portes de empresas na cidade, segundo estimativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos em Santa Catarina (ABRH-SC). O que chamava atenção era o perfil “ideal” de trabalhador procurado: “homem, branco, de 25

⁹ Termo utilizado para designar pessoas cuja identidade de gênero é considerada socialmente “compatível” com seu sexo biológico.

¹⁰ O procedimento é popularmente conhecido como cirurgia para “mudança de sexo”.

¹¹ Refiro-me a ela como exemplo, mas tendo a ciência de que seu discurso aponta para uma não vontade de retirar sua genitália.

¹² Matéria veiculada no “blog do Loetz” em 17 de outubro de 2013. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/loetz/2013/10/17/empresas-de-joinville-tem-7-mil-vagas-em-aberto/?topo=84,2,18,,84>. Acessado em 1 de dezembro de 2014.



a 35 anos de idade (...). O maior índice de desemprego está com mulheres e com pessoas acima de 40 anos”.

Se o cenário ilustra dificuldade de trabalho para pessoas cisgêneras a partir de determinada idade, como as mulheres e pessoas acima de 40 anos, o sujeito transgênero poderia caber em alguma pequeníssima parte que fosse desse “ideal” de trabalhador?¹³

Ocupantes então das ruas¹⁴ algumas travestis¹⁵, como Marta, vão modelando o corpo e vão sendo moldadas pelo espaço que ocupam. Os signos, o sistema de condutas presente, as experiências que vivem no local – enquanto lugar praticado¹⁶ –, inclusive as de violência, são interiorizados por elas. Os sujeitos transformam os espaços, os espaços transformam os sujeitos.

Assim, as vestimentas e ornamentos, por exemplo, marcam algumas travestis que se prostituem, mas também “(...) outros [signos] são interiorizados, incorporando-se e manifestando-se no jeito de falar, nos trejeitos, nas posturas, nos comportamentos, enfim, em práticas destinadas a diferenciar e ilustrar a posição social de quem os carrega” (NONNENMACHER, 2010, p. 103).

A rua Itajaí não é apenas um local de trabalho, mas lugar que tem parte na própria constituição da identidade dos sujeitos que o ocupam e das relações sociais que ali se estabelecem. Isso fica marcado em cenas como a da chegada de Simone – a travesti com quem mais tive contato durante o campo de pesquisa – na rua Itajaí, em certa noite.

Levantando o vestido para que visse a quantidade de tatuagens que ela tem no corpo, agia de forma natural e despojada. Muito diferente de quando me encontrou por

¹³ Há de se considerar que a dificuldade em usar o nome social, principalmente nos casos em a empresa é de grande porte, dificulta ou mesmo se torna mais um impedimento de trabalho formal, pela questão do constrangimento. Lembro-me do dia em que sugeri à Simone de irmos em uma balada na cidade. Quando ela soube que precisaria apresentar o documento de identidade na entrada, ponderou a ida até lá, numa expressão como “Ah! Isso é uma droga”.

¹⁴ Quando me refiro à rua, estou tratando especificamente de um espaço, um lugar praticado – como explicado na nota abaixo – e não na rua enquanto espaço urbano. Essa noção de rua com a qual trabalho aqui está também intrinsecamente relacionada à prática da prostituição, pois a medida que determinados locais passam a ser característicos pela atividade e reconhecidos socialmente como tais, parece-me que se tornam mais próprios, particulares de quem os ocupa, como as travestis.

¹⁵ É necessário dizer que não estou me referindo de forma generalizada ao processo identitário das travestis. A ponderação é importante para que não se confunda o tornar-se travesti com a prática da prostituição, ainda que seja recorrente o exercício dessa atividade entre os sujeitos transgêneros, como consequência do sistema normalizador e excludente no qual estamos inseridos.

¹⁶ O conceito de “lugar praticado” é de Michel Certeau (1994). Fazendo referência a ele, Silva (2010) escreve: “(...) o autor, ao mencionar o espaço como um ‘lugar praticado’, infere que a rua, definida pelo urbanismo, ‘é transformada em espaço pelos pedestres’” (p. 45). Ao me referir aos locais ocupados - especificamente por travestis, mas não apenas por elas – na prática da prostituição como lugares praticados quis dizer que aqueles espaços não são apenas vias, mas são lugares dos quais se apropriam esses sujeitos, atribuindo-lhes significados, narrativas e símbolos.



volta das 20 horas, naquele mesmo dia, em um bar. Incomodada pela roupa – curta – que usava e por chamar muita atenção, principalmente pelo horário, Simone se mostrou naquele início de noite reticente, desconfiada. Olhava para os lados e parecia querer disfarçar algo. Na rua, mais tarde, parecia outra.

Certamente é necessário levar em consideração que, como qualquer outra pessoa, Simone se comporta de diferentes maneiras, de acordo com a ocasião. Ela mesma naquele dia chegou a comentar que era preciso saber “se portar”. Sobre essa questão, Woodward (2004) escreveu:

(...) nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em um certo sentido, somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais estamos atuando” (p. 30).

Entretanto, é preciso sinalizar que os possíveis “campos sociais” nos quais atuem os sujeitos transgêneros “exigem” deles muito mais do que exigem da postura de uma pessoa cisgênera. Assim, é o rosto que “deve estar” em conformidade com o restante do corpo, a voz que não pode titubear, o cuidado com os gestos, com o andar.

A rua, no entanto, parece ser um local de certa liberdade, onde os gestos, o andar, o falar não precisa ser milimetricamente contido, onde caso queiram, podem ser extravasados. Parece-me ser lá um lugar de certo empoderamento¹⁷ que, lamentavelmente, lhes é negado pela sociedade. A rua pode, assim, ser o lugar onde simplesmente as travestis, por exemplo, podem ser elas, ou melhor, o espaço social que lhes sobrou como adequado para elas serem o que são, espécie de lugar próprio.

3. O corpo enquanto experiências corporificadas e gêneros

O corpo, antes de se constituir e tomar forma enquanto meio e núcleo de experiências pessoais, é um corpo social, regulado por diferentes instituições e que se apresenta como tradução e expressão cultural de suas normas.

¹⁷ Quando me refiro ao empoderamento neste caso, reflito apenas sobre a questão comportamental. Não está aqui contida e nem foi levantada durante o trabalho de campo o quanto a presença de um cafetão ou de uma cafetina também pode tolher ou administrar o jeito de ser e agir, ao menos durante o espaço de tempo na rua, daqueles sujeitos.



Mas não é simplesmente enquanto corpo que se dá a regulação, é enquanto sexualidade, um dispositivo histórico, que surge por volta do século XVIII de uma “incitação política, econômica, técnica a falar do sexo” (FOUCAULT, 2011, p. 30).

Na contramão do que socialmente é considerado próprio ao seu sexo biológico, daquilo que é normatizado e estabilizado, constrói-se o corpo das travestis e de outros sujeitos transgêneros, como os transexuais¹⁸. Um corpo que não é “substantivo, objetificado”, como escreveu Maluf (2002), que se defina pelo sexo biológico, mas cuja natureza está no processo de transformação.

(...) o processo de transformação, de tornar-se outro, é o que constitui, o que dá corporalidade a esse desejo e ao sujeito desse desejo. O corpo é, nessa experiência, desejo e objeto ao mesmo tempo. Ele deixa de ser uma substância previamente dada (o reino da natureza), em cima da qual irão se inscrever o que é da ordem da cultura. Ele se apresenta como corporalidade ou corporificação, ou seja, enquanto experiência que reúne afetos, afecções, habitus (...) (p. 147).

Pensar o corpo como corporalidade, enquanto experiência, *status* daquilo que se constrói a todo instante, que está em fluxo, assim como sugere Maluf (2002), tornou-se emblemático para mim durante a realização desta pesquisa pela desconfiança de eu estar reiterando definições identitárias, as quais os sujeitos transgêneros pudessem estar refutando.

Respondendo a uma pergunta, Simone disse, certa vez, que não tinha interesse em fazer a cirurgia de transgenitalização, para retirada do pênis. “Eu não quero ser uma mulher, eu quero parecer uma mulher”, afirmou.

Para além das questões que essa afirmação me suscitou, como a noção identitária centrada no órgão sexual que parece diferenciar, para Simone, o que é ser e se parecer uma mulher, o fato é que tempo mais tarde, naquele mesmo dia, eu disse à ela: “Mas você é uma mulher. Uma mulher com pênis”.

Minha tentativa era de lhe dizer que seu sexo biológico não era determinante de seu gênero – pensamento que nos foi inaugurado pelo movimento feminista a partir da noção de gênero contraposta ao do determinismo biológico, ou seja, à ideia de que o sexo biológico era o destino, pois era o dado, o natural (NICHOLSON, 2000, apud Mariano, 2005) – e que se o gênero “só existe na prática, na experiência”, como escreveu Bento (2014, p. 44) e na prática, na “estética e estilística corporal” ela assumia características socialmente consideradas como femininas, ela seria sim uma mulher.

¹⁸ Normalmente designa-se como transexuais aqueles que já passaram por procedimentos como os de transgenitalização, comumente chamados de cirurgias de mudança de sexo.



O que eu estava desconsiderando naquele momento, no entanto, era a identidade que Simone assumia para ela. Em meu discurso, eu estava a colocando em uma das binárias categorias de gênero e desconsiderando as possibilidades de configuração para além do “ser” mulher e “ser” homem. Assim, situar Simone como travesti, de certa forma, é uma maneira de posicioná-la fora dos binarismos de gênero, atitude¹⁹ que ela mesma faz em relação a sua identidade.

A questão é que nenhuma categoria de gênero é capaz de dar conta das experiências de cada sujeito e acabam por engessá-las em uma definição. A reflexão feita por Scott (1999) sobre as estratégias políticas do feminismo, e reproduzida por Mariano (2005), pode contribuir a pensar no exemplo de Simone.

Existem momentos em que faz sentido para as mães pedir consideração por seu papel social, e contextos nos quais a maternidade é irrelevante na conduta das mulheres; mas ao defender que ser mulher é ser mãe encobrimos as diferenças que tornam possível essa eleição” (SCOTT, 1999, apud MARIANO, 2005, p. 500).

Existem momentos em que faz sentido Simone se apresentar como travesti, por exemplo, no momento em que vai negociar um programa com um cliente, já que a genitália é aspecto importante das relações sexuais, ou em qualquer outra situação em que ela considerar que deva se identificar de tal forma. Em alguns contextos, no entanto, não faz sentido fazer essa afirmação, pois Simone é Simone, e enquanto sujeito está para além de seu gênero, sexo e experiências sexuais; em outros casos, é possível e necessário reivindicar sua afirmação enquanto mulher, diante das estruturas binárias presentes na organização social, por exemplo no momento de participar de um evento exclusivo para mulheres ou de pagar um valor diferenciado na entrada de um show²⁰.

Discutindo o sujeito do feminismo pós-moderno, Butler (1998 apud Mariano, 2005, p. 495) afirma que é necessário aliviar as categorias de gênero do peso fundamentalista, a fim de serem categorias abertas a ressignificações. Para ela, a política feminista não deve ter fundamento na identidade, mas deve se traduzir numa política de coalizões, constituída de alianças contingentes.

¹⁹ Lembro-me, inclusive, de quando a esperava fumar no lado de fora do bar, naquele mesmo dia, conversávamos com a segurança do local e por algum motivo, Simone disse à ela há quantos anos era travesti, assumindo claramente sua identidade.

²⁰ Não estou fazendo juízo ou procurando refletir sobre a política de diferenciação de preços em eventos de acordo com o gênero de uma pessoa, particularmente sendo contra essa política. O exemplo dado veio apenas para pensar a reivindicação de pertencimento a uma determinada categoria de gênero.



Para Butler (1998 apud Mariano, 2005, p. 492), por fim, o sujeito é constituído discursivamente, contingentemente, é político, de modo que essa constituição se dá “mediante atos de diferenciação que o distingue do seu exterior constitutivo”.

4. “Ali só tem traveco. Não tem mulher ali, né?”

Independentemente de como se definam e de como se apresentem à sociedade longe daquele espaço, as identidades das pessoas que se prostituem na rua Itajaí adquirem claras demarcações, inclusive de “divisão” de território entre as pessoas que ali trabalham.

Na extensão daquela rua, as mulheres normalmente ocupam as primeiras quadras e numericamente são menos representativas. Do meio da extensão da rua até suas quadras finais, estão as travestis.

Desde quando conheci Sofia, em 27 de janeiro de 2014, mantinha uma desconfiança de que ela também fosse uma travesti. Embora seu corpo, seu cabelo e seu rosto me parecessem femininos, sua voz me intrigava, soava quase como uma denúncia, como um elemento biologizante que me dizia algo sobre aquele sujeito. No entanto, ela não se juntava às travestis.

Ao contrário do que disse Simone, sobre parecer uma mulher, Sofia nunca fez qualquer afirmação identitária, mas foi através de comentários e diferenciações que ela construiu sua imagem e identidade para mim²¹.

O jeito de Sofia se vestir, normalmente com uma minissaia jeans e blusa regata mais degotada, era muito parecido com a forma como as mulheres se vestiam. Já as travestis, normalmente estavam em roupas mais curtas e transparentes, quando o corpo não estava completamente à mostra, o que parecia ter a desaprovação de Sofia.

Os quarteirões que as separam são apenas a expressão territorial de todos os outros fatores que as separam. Elas se vestem de formas diferentes, elas se comportam diferente, elas ocupam categorias de gênero distintas, elas ficam em espaços diferentes, ainda que todas lá façam a mesma coisa, prostituam-se. A afirmação dessa “distância” entre elas se deu, certa vez, com uma pergunta de Sofia: “Ali só tem *traveco*, ali não

²¹ É importante dizer que eu era um sujeito estranho a sua convivência, que estabelecia uma relação com ela, que como qualquer outra, era uma relação de poder.



tem mulher, né?” (grifo meu). Estava completamente estabelecido que Sofia não era “um deles”.

O corpo é outro aspecto que difere Sofia e as travestis. Enquanto a maioria das travestis faz uso de uma grande quantidade de silicone, essa modificação é menos aparente no corpo de Sofia. Como escreveu Nonnenmacher (2010): “O próprio corpo constitui um canal de identificação. As fronteiras simbólicas que ordenam o espaço social também se inscrevem no corpo, enquanto ‘território individual’ que carrega seus sinais de classificação, como cor, raça, gênero e profissão” (p. 103).

Entretanto, todas as diferenciações e os silêncios de Sofia foram colocados em xeque no dia 19 de setembro, diante de uma simples situação em uma ida a campo. Conversava com Maga, mulher de cerca de 50 anos, quando perguntei a ela sobre sua relação com as outras pessoas na rua. Como estávamos próximas à esquina das travestis, ela me disse: “Eu não me misturo com essas *mulas*” (grifo meu). A força da expressão que ela usou para se referir às travestis revela a maneira preconceituosa e distante de como ela as vê.

Pouco tempo depois, Sofia passou por nós e se estabeleceu o seguinte diálogo:

- Onde você vai? – perguntou Maga.

- Vou “dar” o c(..)²² – respondeu Sofia, entrando sozinha a um hotel simples e barato que fica ao lado do bar.

- Vai dar nada, vai é “comer” que eu sei.

- A única com quem eu converso é com essa aí – comentou Maga enquanto Sofia entrava, referindo-se ao que havia dito anteriormente, sobre não se misturar com as travestis.

Foi, assim, através de um comentário sobre uma prática sexual que Sofia se constituiu como travesti para mim, o que ela nunca havia feito antes. No entanto, é preciso considerar que na constituição de suas identidades, o fato de elas terem um pênis e assumirem traços de gênero considerados como femininos, pode não bastar para fazê-las pertencer ao mesmo grupo. Beauvoir (1970), sobre a condição da mulher, escreveu: “Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: *entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto (...)*” (grifo meu, p. 73).

²² Por orientação do parecerista deste congresso, as palavras consideradas de baixo calão foram deixadas implícitas ou substituídas por expressões mais polidas. No entanto, importa dizer que tais expressões foram usadas no trabalho por terem sido mencionadas em campo pelas próprias participantes da pesquisa.



No mesmo sentido, em relação às travestis, o fato de ter um pênis – dado biológico – só assume importância quando tem um valor concreto, e mesmo esse valor não é definidor de sua identidade.

5. Os discursos e as experiências prostituídas

As experiências em relação à prostituição e os discursos acerca dela são variados. Em geral, nos primeiros contatos, as falas das pessoas com quem conversei davam conta de uma atividade pela qual escolheram, que lhes rendia vantagens e com a qual estavam acostumadas. Pouco foi falado sobre preconceito e possíveis violências sofridas, como se esse tipo de experiência não tivesse sido vivida ou fosse subestimada por elas. Na maioria das vezes, eram discursos empoderados.

No entanto, ao avanço dos contatos e talvez de certa confiança com a minha presença no local, surgiram alguns indícios, outras histórias que serviram como forma de ponderar e refletir sobre as experiências contadas.

A “história” na prostituição, por exemplo de Cora, mulher com cerca de 40 anos, está relacionada ao término do casamento e à necessidade de sustento dos filhos. As possíveis dificuldades que tenha encontrado quando se inseriu naquele espaço não pareciam ser maiores que o peso de não poder atender ao pedido de um dos quatro filhos. “Difícil é ver um filho seu lhe pedindo coisas”, disse.

Mas o fato de se prostituir, ao que parece, não se deu de forma natural para Cora. Quando comentou sobre isso, refletiu: “A vida é engraçada: eu namorei certinho, casei virgem, vivi com ele e agora trabalho na rua”. A avaliação de Cora sobre sua própria trajetória parece estar influenciada por preceitos morais, ao distinguir o “certinho” daquilo - que ela não diz, mas dá a entender – ser errado: a prostituição.

Tendo trabalhado em outros locais e também em casas de prostituição, escolheu a rua por não aceitar mais dividir seu dinheiro com patrão algum. Ao que pareceu por sua fala, ali, ela é dona do seu tempo e do seu dinheiro. Ali, não precisa beber diariamente, como tinha de fazer quando trabalhava em outros lugares. A rua, assim, parece ser um certo lugar de liberdade, um espaço de resistência às estruturas subordinativas²³.

²³ Mas obviamente há de se considerar que Cora, por exemplo, não está vinculada a nenhum cafetão ou cafetina, o que mudaria a situação da qual fala e na qual algumas ali se encontram.



A relação que Cora estabeleceu à rua em ser dona de seu tempo e dinheiro, Maga disse algo semelhante sobre a segurança. Quando questionei se o espaço público não seria um lugar perigoso, no qual elas estariam sujeitas a possíveis violências, ela me afirmou: “Qualquer lugar é perigoso, até dentro de casa (...). E a gente sabe se defender. Sou mais macho que muito homem aqui”, disse se referindo às travestis por perto.

Cada uma naquela rua tem suas “regras” de trabalho, norteadas ou não por preceitos, inclusive morais. As práticas sexuais são discutidas com os clientes e nem tudo é permitido. Nem tudo e nem todos. Para não sair com um cliente que não desejava, por exemplo, Maga mentiu o valor do programa. Mesmo aceitando pagar, ela se recusou a sair com o sujeito, o que se presume que aquelas pessoas não são necessariamente submissas, lançando mão de códigos, defesas e métodos próprios, vivem e lidam com aquele espaço e com os que circulam por ele.

A prostituição para outras pessoas, no entanto, tem contornos doloridos, de acordo com seus discursos. Era o caso de uma travesti com quem conversei uma única vez e que começara a se prostituir desde que se tornou travesti, pois não arrumara mais emprego. “Ser apenas homossexual é uma coisa, mas travesti é muito mais difícil”²⁴.

Apontando para marcas de agressões na perna, contou que algumas pessoas já a abordaram, fingindo interesse por um programa, mas o objetivo do “encontro” era agredi-la. “Eles vem em dois, mas chega no lugar tem mais um monte esperando”, contou sobre as agressões²⁵. Por isso, trabalhar na rua era a pior das opções para ela, que preferiria realizar um serviço exaustivo a ter de estar ali.

A questão da dificuldade em arrumar um outro trabalho também apareceu, em alguns momentos, no discurso de Sofia. Em uma de suas primeiras falas, ela disse que repudiava seu trabalho na rua Itajaí, sobre o qual a família não sabia. Enfática e um tanto nervosa, falou: “É um trabalho sujo, imundo. Eu me sinto suja, imunda. Mas eu sei que deus um dia vai me tirar dessa vida”.

É difícil de entender o sentimento de Sofia com relação a outro trabalho. Como nunca se apresentou para mim como travesti, nunca me disse sobre a dificuldade em encontrar uma outra atividade, apenas comentou que já havia trabalhado em outro lugar, mas havia saído por causa do baixo salário.

²⁴ A relação entre ser travesti e homossexual foi estabelecida pelo próprio sujeito da pesquisa. No decorrer do trabalho, procurar evidenciar que a identidade de gênero e a orientação sexual não são dependentes.

²⁵ Embora tenha sido algumas vezes agredida, ela disse não prestar mais queixa na delegacia, pois nenhuma solução era tomada. Aqui vale inclusive ponderar as agressões verbais, morais e físicas pelas quais muitas passam em centrais de polícia e outros locais do sistema policial.



O sentimento de Sofia em relação à prostituição pode estar intrinsicamente ligado à forma como ela foi introduzida na atividade: por uma prima. Sua primeira relação sexual, um estupro. Segundo ela mesma, nunca se apaixonou, nunca namorou, sendo sua vida emocional afetada pelas experiências da prostituição.

No entanto, em um momento diferente daquele, meses depois, Sofia apresentou um discurso diferente. Fazendo pole dance no cano de uma placa de esquina, disse que já havia se acostumado e que não se importava em se prostituir²⁶.

Simone, ao contrário de Sofia, mostrou-se segura e independente em relação à prostituição. Manicure e cabelereira de um salão, a atividade era uma opção que mantinha. “Eu não preciso disso aqui”. O dinheiro da rua era para sustentar seus luxos, que não eram poucos. “Só é p(...) quem quer. Você sabe que opções tem: dá para trabalhar de diarista, em fábrica. Só dá a b(...) quem quer”, disse altiva e confiante.

A fala de Simone pareceu confirmar que nem sempre a prostituição é um destino, uma expressão de submissão ou uma escolha cruel, mas ela pode ser uma opção que apresenta vantagens, principalmente financeiras, podendo ser, nos termos de Piscitelli (2005) “espaços de resistência e de subversão cultural” (p. 14).

Não há de se desconsiderar todos os outros possíveis motivos – como a carência sócio-econômica, a exclusão e miserabilidade de alguns sujeitos – pelos quais uma pessoa se prostitui, muito menos há de se desconsiderar a especificidade dos sujeitos transgêneros, cuja condição é um agravante para se arrumar um outro tipo de emprego.

O que acontece é que essa lógica de pensar a prostituição como única “saída” para algumas pessoas, acabou por se tornar uma forma de “aceitação” social dessa atividade diante da vitimização de quem se prostitui, enquanto que ela deveria se dar pelo direito de escolha, pelo livre arbítrio em relação ao uso dos corpos.

(...) uma possível tolerância social [da prostituição], já que retira do sujeito a ‘culpa’ por sua permanência nesse negócio. Além disso, ao se identificar a causa como externa, há sempre a possibilidade de se apostar em uma possível redenção da prostituta, quando as condições de vida melhorarem (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 14).

Entretanto, é necessário refletir mais atenta e criticamente sobre os discursos empoderados das profissionais do sexo. Se as primeiras explicações de Simone quanto

²⁶ É importante dizer que os discursos que se apresentaram como contraditórios me indicaram que eu estaria perdendo tempo se quisesse capturar uma dada “verdade” naquilo que me era dito. Pois como diria Nietzsche, “assumir uma verdade é o mesmo que absorver uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos, ou seja, relações humanas transpostas e ornamentadas pela retórica” (NIETZSCHE, 2008).



aos seus luxos deram conta de centenas de pares de sapatos, roupas e outras coisas, em uma conversa posterior, o dinheiro da prostituição se mostrou como possibilidade para ela ter a mãe por perto, uma casa, uma geladeira com “camarõesinhos”.

6. O dinheiro como porta de acesso à “cidadania”

Como já dito anteriormente, especificamente em relação aos sujeitos transgêneros, a rua e a prostituição acabam sendo um meio de sobrevivência ao sistema do qual são excluídos. No entanto, há “brechas” nesse sistema, a partir das quais, ainda que efêmera e provisoriamente, esses sujeitos se incluem em um certo círculo de respeitabilidade.

Como escreveu Foucault (2011), “se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro” (p. 10). É justamente no circuito do lucro que se dá algum “vínculo” desses sujeitos, de forma mais tranquila, com a sociedade.

O caso de Marta é um exemplo ilustrativo de tal situação. Quando questionada sobre sofrer preconceito, ela afirmou: “*Sofria [preconceito], quando não sabia lidar com isso. Hoje eu tenho dinheiro, eu posso comprar. Ai quando chego em uma loja, as vendedoras ficam todas felizes. Mas tem que saber lidar com isso também [deu a entender que é preciso saber dizer não]*” (grifo meu).

Marta poderia ter falado sobre a presença ou ausência de olhares, gestos, violência. Mas foi dentro de uma loja, numa relação comercial, que ela foi buscar a resposta à pergunta para dizer que não sofria preconceito. Em um sistema capitalista e consumista, o dinheiro parece ser a principal moeda de troca não apenas de produtos.

E essa não é a única fala que indica tal relação. Simone também se referiu às travestis que têm “casão”, “carrão” como aquelas que são tratadas de forma diferente. Embora eu tenha usado a palavra respeito para traduzir o que queria dizer, ela disse “quase isso”, não relacionando diretamente as duas coisas, mas dando a entender.

A prostituição de travestis é problematizada por Emanuelle Carvalho²⁷ – militante do movimento “Arco-Íris” e do movimento transfeminista “Mulher na Madrugada”, estruturados em Joinville -, com base em relatos que obteve.

²⁷ A entrevista aconteceu no dia 27 de novembro. Aproveito para agradecer à Emanuelle às reflexões e problematizações sobre o tema.



Há uma problemática grande, por exemplo, em relação à cirurgia de transgenitalização. Primeiro porque elas [travestis] não têm acesso ao procedimento [por questões financeiras] e segundo porque elas têm medo de perder cliente. Isso porque, de acordo com o relato próprio delas, 90% dos clientes são passivos. Elas não gostam de serem ativas, mas os clientes pedem para que elas sejam ativas. E aí é fetichismo puro. Então, se elas chegam ao ponto de não fazerem uma modificação corporal que desejam em virtude da prostituição [com receio de perder clientes], há de se problematizar essa “escolha”.

Ao encontro do que Emanuelle falou, Simone certa vez afirmou: “*Se eu tivesse uma b(...), estava rica*”. Mesmo indo em direção contrária ao relato que algumas travestis deram à militante, a fala de Simone também indica essa relação entre mudanças corporais e prostituição. Ou seja, a modificação do corpo, para além de ser um desejo, uma maneira de tornar a estética corporal mais feminina, parece ser em certa medida, uma demanda que vem da prostituição. A prostituição, por sua vez, é a fonte que lhe rende o dinheiro, que possibilita os “luxos” e a efêmera sensação cidadã.

7. Considerações Finais

Naquela rua, naquele espaço enquanto lugar praticado, ainda que todas as pessoas estejam ali se prostituindo, elas são muito diferentes entre si. A construção de suas identidades, por vezes, se confunde com a prostituição e com a vivência na rua. E interligadas, o corpo, principalmente do sujeito transgênero, acaba se construindo também a partir de uma demanda da prostituição.

É através da troca de práticas sexuais por dinheiro que os sujeitos, principalmente os transgêneros, alcançam uma ilusória cidadania e efemeramente incluem-se na sociedade, enquanto clientes.

Naquela rua, naquele espaço próprio, quase privatizado, de sociabilidades, de construção de si mesmo, de disputa de poder e também de empoderamento, os sujeitos e suas diferentes identidades (de gênero, de etnia, de classe) acabam criando uma certa "setorização" e hierarquização dos que dele se ocupam.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.



BENTO, Berenice. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. **Cult**, São Paulo, n. 193, p. 42-46, agosto de 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 12ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner (rev.). Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MALUF, Sônia Weidner. **Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, ano 10, p.p 143 – 153, ano 2002.

MARIANO, Silvana Aparecida. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3), setembro-dezembro de 2005, p. 483-505. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a02v13n3>. Acessado em: 01/12/2014, 19h17.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Profissionais do sexo – Documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids**. Série Manuais, nº 47. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

NONNENMACHER, Marilange. Conselheiro Mafra: a alma de uma rua chamada ‘pecado’. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p.p. 95 – 114

PELÚCIO, Larissa Maués. **Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo**. Revista Antropológicas, Recife, v. 15, n. 1, p.p 123 – 154, 2004.

PINAFI, Tânia; TOLEDO, Livia Gonsalves; SANTOS, Cíntia Helena dos; PERES, William Siqueira. **Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento**. Bagoas, n. 6, p.p 267-282, 2011.

SILVA, Janine Gomes. Casas, esquinas e ruas ‘do pecado’: lugares de prostituição, memórias sobre um ‘discurso caminhante’. In: In: FÁVERI, Marlene de; SILVA Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (org.). **Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010, p.p. 45 – 62

SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero**. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, V. 11, N. 3, maio-junho de 2010, p. 46 - 70.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p.p 7 – 72.